

## **FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)**

### **1. SETOR REQUISITANTE (UNIDADE/SETOR/DEPARTAMENTO):**

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – FASPG

### **RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:**

**MATRÍCULA:**

**E-MAIL:**dpsbasica@gmail.com

**TELEFONE:**2380

**2. OBJETO: COTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, DISPONIBILIDADE DE REDES CREDECIAIS E FORNECIMENTO DE CARTÕES PARA BENEFÍCIOS EVENTUAIS ( CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP E /OU ELETRÔNICO – PERSONALIZADO, CONTENDO A ESPECIFICAÇÃO NOMINAL DE CADA BENEFICIÁRIO), VINCULADO NA PMPG VIA FASPG. CONFORME DEMANDA NECESSÁRIA , DISPOSTOS NA LEI Nº 13.008, DE 30/11/2017, DISPÕE SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SUAS -NO MUNICÍPI DE PONTA GROSSA, EM SEU CAPÍTULO V, SEÇÕES I,II E III ESTABELECE OS VALORES E FORMAS DE CONCESSÃO E REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 20.725/2022. BENEFÍCIOS EVENTUAIS SÃO PROVISÕES SUPLEMENTARES E PROVISÓRIAS, PARA ATENDER A DEMANDA DE CIDADÃOS E ÀS FAMÍLIAS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO, MORTE, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E DE CAMLAMIDADE PÚBLICA.**

☒ SERVIÇO CONTINUADO

☐ SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

☐ SERVIÇO CONTINUADO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

☒ MATERIAL DE CONSUMO

☐ MATERIAL PERMANENTE / EQUIPAMENTO

**3. FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:**

- ☒ PREGÃO
- ☐ COM O USO DO SRP
- ☐ DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

**4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SE FOR O CASO:**

- ☒ NOVA CONTRATAÇÃO
- ☐ NOVA CONTRATAÇÃO EM VISTA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL
- ☐ NOVA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA CONTRATANTE
- ☐ NOVA CONTRATAÇÃO EM VISTA DA NEGATIVA DO CONTRATADO NA RENOVAÇÃO

**CONTRATO: VIGÊNCIA: 24 MESES**

## 5. JUSTIFICATIVA:

A regulamentação dos Benefícios Eventuais no município de Ponta Grossa, estabelecida pelo Decreto nº 20.725, de 22 de agosto de 2022, fundamenta-se na necessidade de garantir os direitos sociais previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O decreto está alinhado às normativas federais, estaduais e municipais que orientam a concessão de benefícios assistenciais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

A regulamentação encontra-se em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e com a legislação municipal, garantindo que a concessão dos benefícios ocorra de maneira organizada, transparente e em consonância com os princípios do SUAS.

Os Benefícios Eventuais representam um direito do cidadão e têm como objetivo atender necessidades humanas básicas e emergenciais decorrentes de nascimento, óbito, situações de vulnerabilidade temporária e calamidades públicas, assegurando atendimento equitativo e acessível.

Além disso, a normativa fortalece a dignidade e a cidadania ao desburocratizar o acesso aos benefícios, evitando exigências excessivas ou constrangedoras e garantindo atendimento humanizado. Dessa forma, a regulamentação dos Benefícios Eventuais por meio do Decreto nº 20.725/2022 representa um avanço na política de assistência social de Ponta Grossa, promovendo inclusão e fortalecendo a proteção social da população em situação de maior vulnerabilidade.

Para viabilizar a execução do Decreto nº 20.725/2022, prevê-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento, disponibilização de rede credenciada e fornecimento de cartões magnéticos com chip ou cartões eletrônicos, destinados à concessão de benefícios eventuais no âmbito da FASPG.

A execução dar-se-á conforme as seguintes modalidades e critérios estabelecidos na legislação municipal:

- **Auxílio Alimentação (Vulnerabilidade Temporária):** Destinado ao enfrentamento da insegurança alimentar. Consiste na liberação de crédito correspondente a 15% do salário mínimo nacional, com validade de 30 dias. Pode ser concedido por até 3

meses, prorrogáveis por mais 3, mediante avaliação técnica.

- **Auxílio Natalidade:** Visa reduzir a vulnerabilidade provocada pelo nascimento de membro da família. A concessão ocorre em parcela única correspondente a 25% do salário mínimo nacional. O requerimento pode ser realizado durante a gestação ou até 60 dias após o nascimento, com prazo de concessão de até 30 dias após a solicitação.

- **Auxílio por Morte (Funeral):** Prestação temporária destinada a reduzir a vulnerabilidade decorrente do óbito de membro da família. O valor é equivalente a 30% do salário mínimo nacional, pago em parcela única e disponibilizado via cartão magnético ou depósito em conta corrente. Deve ser requerido em até 60 dias após o funeral.

Ressalta-se a inclusão da Emenda Impositiva nº 502/2024 (Projeto de Lei nº 492/2023), de autoria do Vereador Geraldo Stocco, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinada ao Auxílio Natalidade.

Considerando a natureza da emenda e a necessidade de padronização da forma de concessão do benefício, optou-se pela sua operacionalização por meio de cartão eletrônico, magnético ou tecnologia similar, personalizado e contendo a identificação nominal do beneficiário. Tal medida visa garantir maior controle, transparência, eficiência na execução do recurso e agilidade no atendimento às famílias acompanhadas pelos serviços de Proteção Social.

**6. QUANTIDADE DE MATERIAL/SERVIÇO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA**

Item	Qtd.	Descrição	Valor da Taxa de Administração %	Valor Unitário	valor total	Valor referente a taxa de Administração(e mpresa)
1	42.000	<p>O Benefício Eventual por Vulnerabilidade Temporária – Auxílio Alimentação é uma assistência temporária oferecida pelo Município de Ponta Grossa. Este auxílio é fornecido por meio de um cartão eletrônico, magnético ou tecnologia similar, (personalizado, contendo a especificação nominal de cada beneficiário). Conforme especificações do Termo de Referência que integra o edital. O cartão é carregado com um crédito equivalente a 15% do salário mínimo nacional, válido por 30 dias. O auxílio alimentação poderá ser concedido pelo prazo de até 03 (três) meses podendo ser estendido até 06 (seis) meses desde que caracterizada a situação de vulnerabilidade de riscos, perdas e/ou danos à integridade pessoal e familiar, conforme acompanhamento e avaliação técnica. Os requerentes acessarão os benefícios eventuais mediante comprovação de renda familiar per capita inferior a 1/2 salário mínimo, e inscrição no Cadastro Único, sendo concedido ao aos cidadãos residentes há mais de 6 (seis) meses no Município de Ponta Grossa. Inclui os serviços de administração, gerenciamento, emissão, e fornecimento de documentos de legitimação para atendimento ao Programa Municipal. Este benefício é regulamentado pelo Decreto nº 20.725/2022, que estabelece os critérios e formas de concessão dos benefícios eventuais no município Ponta Grossa.</p> <p>Observação:</p> <p>*Solicitação de cartões avulso/Urgência: 500 unidades mês, totalizando 6.000 unidades ano.</p> <p>* A validade do cartão Benefício Eventual por Vulnerabilidade Temporária – Auxílio Alimentação, terá início a partir da vigência de contrato.</p>	2%	R\$ 243,15	R\$ 10.212.300,00	R\$ 204.246,00

2	4.324	<p><b>Benefício Eventual – Auxílio Natalidade:</b></p> <p>O benefício será concedido na forma de cartão eletrônico, magnético ou tecnologia similar, personalizado e contendo a identificação nominal do beneficiário, conforme especificações constantes no Termo de Referência que integra o edital.</p> <p>O cartão será carregado com crédito correspondente a 25% do salário mínimo nacional, em parcela única.</p> <p>O benefício poderá ser requerido no CRAS e/ou CREAS de referência. O pedido poderá ser realizado durante a gestação ou em até 60 (sessenta) dias após o nascimento, mediante preenchimento de formulário próprio, apresentação de documentação comprobatória (certidão de nascimento, documento de identificação, entre outros), comprovante de residência no município de Ponta Grossa e comprovante de renda dos integrantes do núcleo familiar. Será exigido, ainda, o acompanhamento pré-natal realizado pelo serviço municipal de saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), quando o requerimento ocorrer durante a gestação.</p> <p>O benefício será concedido no prazo de até 30 (trinta) dias após a solicitação, sendo disponibilizado diretamente ao requerente, a parente até segundo grau ou à pessoa devidamente autorizada mediante procuração.</p> <p>A contratação inclui os serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento dos instrumentos de legitimação necessários ao atendimento do Programa Municipal.</p> <p>O benefício é regulamentado pelo Decreto nº 20.725/2022, que estabelece os critérios e as formas de concessão dos benefícios eventuais no município de Ponta Grossa.</p> <p><b>Observação:</b> A validade do cartão do Benefício Eventual terá início a partir da vigência do contrato.</p> <p>No quantitativo previsto, está incluída a execução da Emenda Impositiva nº 502/2024, de autoria do Vereador Geraldo Stocco, referente ao Projeto de Lei nº 492/2023 – Auxílio Natalidade, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com recurso a ser executado no exercício de 2026.</p>	2%	R\$ 405,25	R\$ 1.752.301,00	R\$ 35.046,02
---	-------	---	----	------------	------------------	---------------



**7. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER ASSINADO O INSTRUMENTO CONTRATUAL  
/ PREVISÃO DE UTILIZAÇÃO:**

Mês :Março/2026

**8. VIGÊNCIA CONTRATUAL:**

( X) RENOVÁVEL

**9.RECURSOS A SEREM UTILIZADOS:**

FONTES: Municipal

**10. FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO:**

Fiscalização: A ser definido no Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Gestão: A ser definido no Estudo Técnico Preliminar - ETP

**11. GRAU DE NECESSIDADE**

( ) BAIXO

( ) MÉDIO

(X) ALTO

**12. OBSERVAÇÕES**

Com base no Decreto nº 20.725/2022, atuaremos na previsão do quantitativo conforme a demanda.



## **FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD)**

### **1. SETOR REQUISITANTE (UNIDADE/SETOR/DEPARTAMENTO):**

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – FASPG

**RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: THAIS DO PRADO DIAS**

**VERILLO MATRÍCULA:2223 E-MAIL: [compras.especial@gmail.com](mailto:compras.especial@gmail.com)**

**TELEFONE: 2165/2174**

**2. OBJETO: COTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, DISPONIBILIDADE DE REDES CREDECIAIS E FORNECIMENTO DE CARTÕES PARA BENEFÍCIOS EVENTUAIS ( CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP E /OU ELETRÔNICO – PERSONALIZADO, CONTENDO A ESPECIFICAÇÃO NOMINAL DE CADA BENEFICIÁRIO), VINCULADO NA PMPG VIA FASPG. CONFORME DEMANDA NECESSÁRIA , DISPOSTOS NA LEI Nº 13.008, DE 30/11/2017, DISPÕE SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SUAS -NO MUNICÍPI DE PONTA GROSSA, EM SEU CAPÍTULO V, SEÇÕES I,II E III ESTABELECE OS VALORES E FORMAS DE CONCESSÃO E REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 20.725/2022. BENEFÍCIOS EVENTUAIS SÃO PROVISÕES SUPLEMENTARES E PROVISÓRIAS, PARA ATENDER A DEMANDA DE CIDADÃOS E ÀS FAMÍLIAS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO, MORTE, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E DE CAMLAMIDADE PÚBLICA.**

☒ (x ) SERVIÇO CONTINUADO

☐ ( ) SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO  
DE OBRA ☐ ( ) SERVIÇO CONTINUADO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA  
DE MÃO DE OBRA

☒ (x) MATERIAL DE CONSUMO

☐ ( ) MATERIAL PERMANENTE / EQUIPAMENTO

**3. FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:**

- ☒ PREGÃO
- ☐ COM O USO DO SRP
- ☐ DISPENSA/INEXIGIBILIDADE

**4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, SE FOR O CASO:**

- ☒ NOVA CONTRATAÇÃO
- ☐ NOVA CONTRATAÇÃO EM VISTA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL
- ☐ NOVA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA CONTRATANTE
- ☒ NOVA CONTRATAÇÃO EM VISTA DA NEGATIVA DO CONTRATADO NA RENOVACÃO

**CONTRATO: VIGÊNCIA: 24 MESES**

**5. JUSTIFICATIVA:**

A regulamentação dos Benefícios Eventuais no município de Ponta Grossa, estabelecida pelo Decreto nº 20.725, de 22 de agosto de 2022, fundamenta-se na necessidade de garantir os direitos sociais previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O decreto está alinhado às normativas federais, estaduais e municipais que orientam a concessão de benefícios assistenciais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

A regulamentação encontra-se em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e com a legislação municipal, garantindo que a concessão dos benefícios ocorra de maneira organizada, transparente e em consonância com os princípios do SUAS.

Os Benefícios Eventuais representam um direito do cidadão e têm como objetivo atender necessidades humanas básicas e emergenciais decorrentes de nascimento, óbito, situações de vulnerabilidade temporária e calamidades públicas, assegurando atendimento equitativo e acessível.

Além disso, a normativa fortalece a dignidade e a cidadania ao desburocratizar o acesso aos benefícios, evitando exigências excessivas ou constrangedoras e garantindo atendimento humanizado. Dessa forma, a regulamentação dos Benefícios Eventuais por meio do Decreto nº 20.725/2022 representa um avanço na política de assistência social de Ponta Grossa, promovendo inclusão e fortalecendo a proteção social da população em situação de maior vulnerabilidade.

Para viabilizar a execução do Decreto nº 20.725/2022, prevê-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento, disponibilização de rede credenciada e fornecimento de cartões magnéticos com chip ou cartões eletrônicos, destinados à concessão de benefícios eventuais no âmbito da FASPG.

A execução dar-se-á conforme as seguintes modalidades e critérios estabelecidos na legislação municipal:

- **Auxílio Por Emergência e Calamidade Pública-** O benefício na forma de pecúnia se dará conforme legislação específica a ser regulamentada, e de acordo com o grau de complexidade da vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados. A oferta integrada do benefício eventual se dará, na ocasião da emergência e/ou da calamidade após o reconhecimento, pelo gestor público municipal, da situação de emergência e/ ou do estado de calamidade pública. A concessão do auxílio fica condicionada ao parecer técnico favorável emitido pelo profissional da equipe do CREAS, CRAS ou da gestão da FASPG. A estimativa de valores a serem destinados, vincula-se ao montante previsto em dotação orçamentária para a execução do referido benefício.

#### 6. QUANTIDADE DE MATERIAL/SERVIÇO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

ITEM	Estimativa para -24 meses DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIOS PARA 24 MESES
4	Auxílio por emergência e calamidade pública	R\$ 160.000,00
<b>ESTIMATIVA TOTAL para 24 meses (Sendo vinculado ao orçamento destinada anual de R\$ 80.000,00)</b>		<b>R\$ 160.000,00</b>

**7. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVE SER ASSINADO O INSTRUMENTO CONTRATUAL / PREVISÃO DE UTILIZAÇÃO:** Mês :Março/2026

**8. VIGÊNCIA CONTRATUAL:**

( X) RENOVÁVEL

**9. RECURSOS A SEREM UTILIZADOS:** FONTES: Municipal

**10.FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO:**

FISCAIS TÉCNICO - DPSE		
DEPARTAMENTO	NOME/MATRÍCULA	
DPSE	MICHELLE APARECIDA PACHECO MEJ- MATRÍCULA: 27236	
	Suplente FERNANDA SILVEIRA MAROCHI - 28289	

**11.GRAU DE NECESSIDADE**

( ) BAIXO

( ) MÉDIO

(X) ALTO

**12. OBSERVAÇÕES**

Com base no Decreto nº 20.725/2022, atuaremos na previsão do quantitativo conforme a demanda.

Assinado por:

*Thais Verillo*

06/03/2026 - 12:24

LLY4IM07QHG9I12080KSXA